

**OFÍCIO CIRCULAR Nº 9/ GGF / 2011**

Às

Escolas Básicas e Secundárias.....

Agrupamentos de Escolas.....

Escolas Profissionais Públicas.....

☒

☒

☒

DATA: 2011/09/07

**ASSUNTO:** Efeitos do SIADAP. Art.sº 39.º e 52.º da Lei nº 66-B/2007, de 31/12. Direito a dias de férias ou à respectiva retribuição. LOE para 2011. Proibição de valorizações remuneratórias

Em referência ao assunto em epígrafe, e no seguimento do parecer emitido pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, que se transcreve, informo que:

*“ Os artigos 39.º n.ºs 4 e 5, 52.º n.ºs 4 e 5 da Lei nº 66-B/2007, de 31/12, conferem aos dirigentes e aos trabalhadores o direito a cinco ou três dias de férias, consoante os mesmos obtenham na sua avaliação de desempenho, respectivamente, Desempenho excelente em três anos consecutivos, ou Desempenho relevante três anos consecutivos, podendo o dirigente ou o trabalhador optar pela respectiva retribuição.*

*Por outro lado o nº 1 do art.º 24 da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, ( LOE 2011) veio impor a proibição genérica da prática de quaisquer actos que consubstanciem **valorizações remuneratórias**, esclarecendo o nº 2 da mesma norma que são abrangidas por aquela proibição “as valorizações e **outros acréscimos remuneratórios**”, designadamente, como referido na alínea b), os resultantes da “**atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim**”.*

*Atento o facto de o nº 2 do art.º 24 para além de se reportar às valorizações remuneratórias, se referir, também, a **outros acréscimos remuneratórios**, dos quais se realçam os prémios de desempenho, considera-se que a proibição de valorizações remuneratórias imposta pelos n.ºs 1 e 2 do art.º 24, deve ser interpretada em sentido amplo por forma a abranger todo e qualquer acréscimo remuneratório, na linha da filosofia subjacente à LOE.*

*A questão da compatibilidade deste direito com a proibição imposta pela LOE só se coloca se o titular do direito optar pela substituição do gozo dos dias de férias pela correspondente remuneração.*



Nesta conformidade, e em conclusão, é entendimento da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, que:

*“ O direito à aquisição de cinco ou três dias de férias, previsto nos artigos 39.º, nsº 4 e 5, e 52.º nsº 4 e 5, da Lei nº 66-B/2007, de 28/12, mantém-se, não sendo na sua essência afectado pelo art.º 24.º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12; ( LOE 2011).*

*O direito de opção pela remuneração correspondente aos dias de férias, reconhecido pelas mesmas disposições legais, mostra-se prejudicado pelo estabelecido nos nºs 1 e 2 do referido artigo 24.º da LOE ”.*

Face às citadas orientações, está vedado o direito de opção pelo pagamento da remuneração correspondente aos dias de férias adquiridos por força das avaliações de desempenho nos termos do nº 4 e nº 5 do art.º 52 da Lei nº 66-B/2007, devendo os trabalhadores optar pelo gozo dos dias de férias correspondentes.

Com os melhores cumprimentos,

O Director –Geral

( Edmundo Gomes)

FC/